



**Joana Raquel
Pereira Leite**

**Corrupção e o Sector Público, uma análise
Cross-Country**



**Joana Raquel
Pereira Leite**

Corrupção e o Sector Público, uma análise Cross-Country

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Economia, realizada sob a orientação científica da Doutora Aida Isabel Pereira Tavares, Professora Auxiliar do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro.

“Ganhamos força, coragem e confiança a cada experiência em que verdadeiramente paramos para enfrentar o medo.”

(Eleanor Roosevelt)

Dedico este trabalho aos meus pais e ao meu irmão pelo amor incondicional.

o júri

Presidente

Prof. Doutor Miguel Lopes Batista Viegas

Professor Auxiliar Convidado, do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro

Prof. Doutora Carlota Maria Miranda Quintal

Professora Auxiliar, da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Prof. Doutora Aida Isabel Pereira Tavares

Professora Auxiliar do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro.

agradecimentos

Em particular, à Professora Aida Tavares, um agradecimento muito especial por me acompanhar nesta recta final, por toda a disponibilidade mostrada e pela compreensão.

O meu muito obrigada ao Moisés por me acompanhar em mais uma etapa, pela motivação e pelo apoio incondicional prestado.

À Ana Luísa pela amizade e por me saberes escutar nos momentos de mais aflição. Obrigada amiga!

Ao pessoal da biblioteca, Vivi, Patrícia, Alexandrina, David, Joel e Telmo, aqui fica o meu obrigada por todos os momentos que passamos no nosso local de trabalho.

À Sara e à Mélanie por todo o apoio e por me fazerem sorrir quando estava mais desanimada.

À minha família toda, por acreditarem que eu era capaz.

Aos meus pais e irmão por todos os sacrifícios feitos ao longo deste percurso, por me apoiarem e motivarem a concretizar os meus objectivos.

Agradeço a todos que fizeram parte, directa ou indirectamente, do meu trabalho ao longo deste ano.

palavras-chave

Corrupção, Índice de Percepção de Corrupção, Sector Público, Painel de dados, Cross-Country

Resumo

O presente estudo tem como objectivo aferir o impacto da dimensão relativa do sector público na corrupção do país. A base de dados compreende uma selecção de 26 países para um período de 11 anos, 1995 a 2005, o que permite a estimação de um painel de dados. Conclui-se que o aumento dos gastos públicos relativos ao PIB resultam numa diminuição do Índice de Percepção de Corrupção (IPC), e o aumento das receitas fiscais relativas ao induzem aumento do IPC.

keywords

Corruption, Corruption Perceptions Index, Public Sector, Panel data, Cross-Country

abstract

This work aims to measure the impact of the public sector relative size in a country corruption level. The database comprises 26 countries for 11 years period, from 1995 to 2005. The data allows for the estimation of a panel data. It is concluded that an increase in public spending relative to the GDP results in a decrease in the corruption perception index (CPI), while an increase of tax revenues relative to the GDP causes a higher CPI.

Índice

1. Introdução	5
2. Revisão de Literatura	7
2.1. A Corrupção	7
2.1.1. Definição	7
2.1.2. Determinantes da Corrupção	8
2.1.3. Como medir	10
2.2. Sector Público	11
2.2.1. Organização e Funções	11
2.2.2. Falhas do Sector Público	12
3. Metodologia	15
3.1. Considerações Iniciais	15
3.2. Modelo Econométrico	15
3.3. Variáveis	16
3.3.1. Índice de Percepção de Corrupção	16
3.3.2. Gastos Públicos em Percentagem do PIB	18
3.3.3. Receitas Fiscais em Percentagem do PIB	19
3.3.4. PIB <i>per capita</i>	19
3.3.5. Deflator do PIB	19
3.3.6. Liberdade Económica	20
3.3.7. Abertura do Comércio Internacional	20
3.3.8. Estatística Descritiva	22
3.4. Resultados e Discussão	22
4. Conclusão	29
5. Bibliografia	31

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Valor do Índice de Percepção de Corrupção, 1995.....	16
Tabela 2 - Descrição e fontes das variáveis.	21
Tabela 3 - Estatística descritivas das Variáveis, 1995	22
Tabela 4 - Síntese dos Resultados Estimados	23
Tabela 5 - Teste Hausman	23
Tabela 6 - Teste F	24
Tabela 7 - Síntese dos Resultados	26

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Índice de Percepção de Corrupção, 2011	7
Gráfico 2 - Organização do Sector Público e Funções	12

Lista Abreviaturas

IPC – Índice de Percepção de Corrupção

PIB – Produto Interno Bruto

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

1. Introdução

“A corrupção mina a democracia e o estado de direito. Conduz a violações dos direitos humanos. Corrói a confiança pública no governo. Pode mesmo matar.”

(Ban Ki-moon, Secretário Geral da ONU)

“A corrupção é um problema mundial, comum a todas as sociedades, regimes e culturas, e é detectável em diferentes períodos da História da Humanidade”

(Alatas, 1990).

A corrupção apresenta-se como um fenómeno transfronteiriço e não identificável apenas em regimes democráticos, não se aplicando apenas a um tipo de cultura ou a um grau de desenvolvimento. É certo, que se torna mais notável em democracia visto as democracias serem regimes mais abertos e escrutinados por uma comunicação social plural e interventiva (Sousa, 2011).

Pode ver vista como o maior obstáculo para o desenvolvimento económico e social, e por isso, o Banco Mundial tem dado prioridade ao estudo de medidas anticorrupção e estratégias para melhorar a administração pública. Wagner e Baumol (Hindriks e Myles, 2006), com explicações do lado da procura e do lado da oferta, respectivamente, explicam que o crescimento da economia e seu desenvolvimento levam ao aumento das despesas públicas, implicando um aumento relativo do sector público na economia. Com um sector público de maior dimensão, as falhas do sector público acentuam-se e pode surgir a corrupção como um desvio à eficiência do seu funcionamento. A corrupção no sector público existe quando membros do organismo utilizam o seu poder para obter ganhos pessoais. Estes ganhos podem ser conseguidos através de subornos, extorsão ou, até mesmo, fraude (Blackburn *et al.*, 2004).

Não existe uma fórmula específica para calcular o nível de corrupção de um país. Contudo, *The Hungary Gallup Institute* enuncia três métodos¹ que são capazes de quantificar a corrupção em índice. A medida mais utilizada para a corrupção em análises *cross country* é conseguida através

¹ Os três métodos são explicados de forma detalhada na secção seguinte.

do método de estimativas feitas por especialistas, como por exemplo o Índice de Percepção da Corrupção, obtido pela Transparência Internacional.

O presente trabalho tem como objectivo central o estudo do impacto da dimensão sector público na corrupção de um país. As variáveis escolhidas para caracterizar o sector público foram as despesas públicas e as receitas fiscais em % do PIB. O modelo compreende mais quatro variáveis explicativas entre elas, o PIB *per capita*, o deflator do PIB, a liberdade económica e a abertura do comércio internacional, que estão categorizados como determinantes económicos da corrupção (Seldadyo e Hann, 2006). Para a concretização do estudo é utilizado uma estimação de dados em painel, que compreende 26 países, num espaço temporal de 11 anos, 1995 a 2005. A estimação de dados em painel permite a combinação de dados *cross section* com séries temporais, aumentando os graus de liberdade e permitindo maior eficiência. A estimação é realizada com recurso ao software *E-views*.

Em seguimento do apresentado, o trabalho está organizado por capítulos. No ponto 2 será feita uma descrição da corrupção, mostrando várias definições do termo, os seus determinantes e como se pode medir ou quantificar a corrupção. Ainda no segundo ponto, é feita uma abordagem ao sector público focando a organização como prestadora de serviços à sociedade e analisando a corrupção como uma falha. No ponto 3, apresenta-se a metodologia econométrica utilizada, descrição das variáveis e apresentação dos resultados, bem como as respectivas discussões. Por último, aparecem as conclusões do estudo.

A autora escreve de acordo com a ortografia anterior ao Novo Acordo Ortográfico.

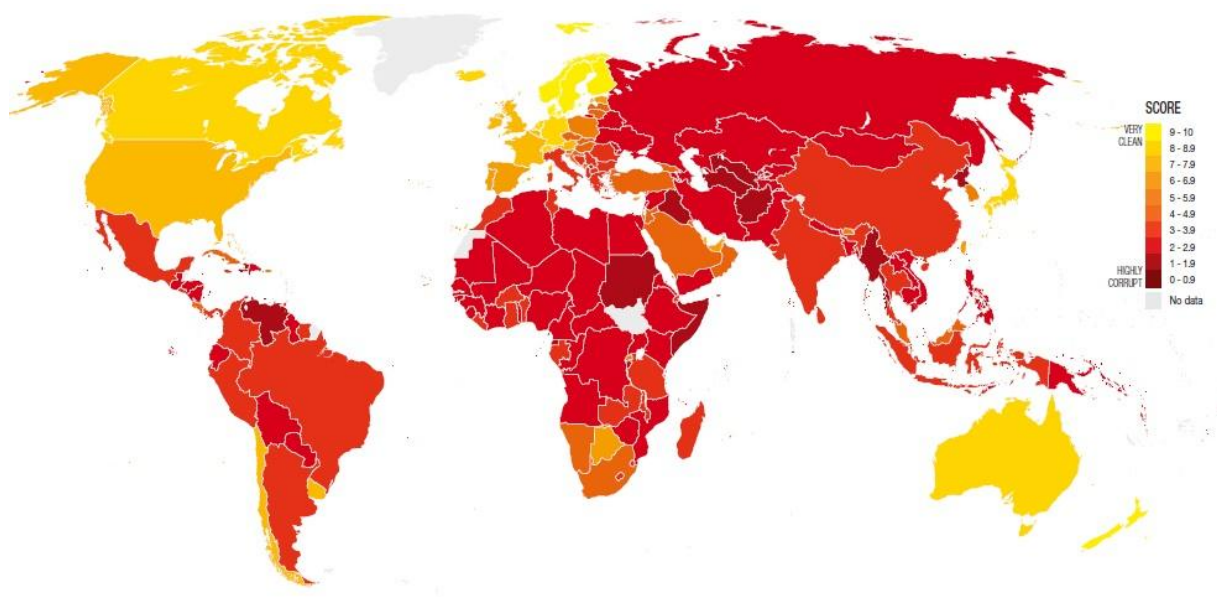
2. Revisão de Literatura

Este capítulo compreende a revisão de literatura ao tema. Numa primeira parte, explica a corrupção, seus determinantes e as diferentes formas de medição do nível de corrupção num país. A segunda parte, contem a revisão de literatura do sector público, bem como as suas falhas.

2.1. A Corrupção

A corrupção era vista como um fenómeno presente nas economias subdesenvolvidas ou em desenvolvimento porém, os indicadores de corrupção mostram que existem divergências entres os países subdesenvolvidos, emergentes, e também com os países de economias mais desenvolvidas (Castro, 2007).

Gráfico 1 - Índice de Percepção de Corrupção, 2011



Fonte: *Internacional Transparency*

2.1.1. Definição

A corrupção não tem uma definição universal. Uma definição possível pode ser que é um comportamento unipessoal com o objectivo de obter de ganhos privados, através do abuso de poder dos seus encargos, numa organização privada ou em organismo públicos.

De acordo com a organização responsável pela luta contra a corrupção, *Transparency International*, corrupção consiste no abuso do poder orientado para ganhos privados. Esta divide o termo em duas categorias, corrupção “de acordo com a norma” e corrupção “contra a norma”. A primeira acontece quando é pago um suborno com o intuito de obter um tratamento preferencial por algo que o receptor do suborno já é obrigado a fazer por lei; no segundo caso, enquadram-se casos em que é pago um suborno para obter serviços cuja execução por parte de quem recebe o suborno é proibida por lei. Esta organização admite que a corrupção tem implicações que aparecem em diferentes áreas socioeconómicas: Política - obstáculo na democracia e no Estado de Direito; Economia – a corrupção distorce a canalização de recursos e a concorrência, impedindo o desenvolvimento de estruturas de mercado justas; Social – a falta de transparência provoca falta de confiança dos cidadãos no sistema político; e Ambiental – leva à exploração negligente dos recursos naturais que conduz ao fim de habitats e ambientes naturais.

O Banco Mundial, por sua vez define corrupção como sendo o abuso de poder para obter benefícios privados que inclui pagamentos ou recebimentos de subornos, desvio de fundos, favoritismo, transacções em benefício próprio, uso abusivo de influência, pagamentos irregulares nas contratações públicas, entre outros.

2.1.2. Determinantes da Corrupção

Nos últimos tempos, têm surgido muitos estudos empíricos sobre os determinantes da corrupção, contudo com conclusões por vezes diferentes. Seldadyo e Hann (2006) fazem a divisão em quatro classes: 1) económicos e demográficos; 2) factores políticos; 3) factores judiciais e de ambiente burocrático e 4) localização geográfica e cultural.

Serão expostos detalhadamente os factores económicos, uma vez que, o objectivo do presente estudo se prende mais com estes aspectos e porque Tavares (2005), num estudo dos determinantes da corrupção, chega também à conclusão que os determinantes económicos são aqueles que assumem um papel primordial na explicação dos níveis de corrupção. Em muita da literatura existente sobre o assunto, os determinantes económicos mais utilizados são o produto interno bruto, as despesas e receitas públicas, a inflação, a abertura ao comércio internacional e a liberdade económica.

O produto interno bruto é utilizado como *proxy* do rendimento e visa captar o nível de desenvolvimento económico. Braun e Di Tella (2004) e Frechette (2001), em estudo de dados em

painel, chegam à conclusão que o PIB tem um impacto positivo no nível de corrupção. Outros autores defendem que o aumento do rendimento leva a uma diminuição da corrupção no país (Damania *et al.* 2004, Tavares 2003, Paldam 2002, Lederman *et al.* 2005 e Fisman e Gatti 2002).

A dimensão do sector público é também importante para o estudo da corrupção e pode ser medida pelas receitas e despesas públicas. A dimensão do sector público causa efeitos ambíguos na corrupção. Castro (2007) refere que se o sector apresentar pequena dimensão e se existirem economias de escala no fornecimento de bens públicos, os serviços públicos *per capita* serão reduzidos, incentivando a actos de corrupção por parte dos funcionários públicos e aqueles que procuram esses serviços. O mesmo acontece no sector público com grande dimensão. Fisman e Gatti (2002) pelo estudo efectuado concluem que o aumento das despesas públicas fazem diminuir os níveis de corrupção, já Ali e Isse (2003) e Goel e Budak (2006) chegam à conclusão contrária. Lederman *et al.* (2005) e Alt e Lassen (2003) avaliam a dimensão do sector através das receitas fiscais e chegam à conclusão que estas fazem aumentar a corrupção. Imam e Jacobs (2007) num estudo especializado no impacto das receitas fiscais e na corrupção, e assumindo as receitas fiscais como o total dos impostos do país, concluem que o aumento das receitas totais de um país, o torna menos corrupto.

A inflação é também um determinante económico que reflecte a instabilidade económica e assim contribuir para a explicação da corrupção. Braun e Di Tella (2004) e Paldam (2002) afirmam que esta faz aumentar a corrupção nos países.

A liberdade económica também é utilizada em estudos de determinantes da corrupção. Este indicador apresenta um coeficiente de correlação com a mesma de 63,2% (Castro, 2007). Ali e Isse (2003) dizem que a variável tem sinal negativo, provocando um decréscimo nos níveis de corrupção e Paldam (2001) refere que o acréscimo no índice de liberdade económica provoca um decréscimo na transparência do país.

A abertura do comércio internacional é estudada por Fisman e Gatti (2002) e Frechette (2001). Estes autores chegam à mesma conclusão: quanto maior a abertura ao comércio de um determinado país, menor será o seu nível de corrupção.

Todos os determinantes apresentados estão correlacionados com a temática corrupção. O PIB *per capita* apresenta um coeficiente de correlação que ronda os 50%, a inflação surge com coeficiente negativo de 54,8%, as despesas públicas com 29,3%, as receitas fiscais com 41,1% e a liberdade económica com 63,2% (Castro, 2007).

Quanto aos factores políticos, Seldadyo e Hann (2006) diz que os estudos se podem dividir em dois grupos: os que estudam o impacto da liberdade política e civil, e aqueles que se debruçam sobre o efeito da descentralização na corrupção. Lederman *et al.* (2005) e Damania *et al.* (2004) chegam à conclusão que a liberdade política e civil fazem diminuir a corrupção. No entanto, os estudos de descentralização na corrupção já são um pouco mais controversos. Damania *et al.* (2004) chegam à conclusão que o aumento da descentralização faz aumentar a corrupção, já Lederman *et al.* (2005) chegam ao resultado contrário.

Dentro dos determinantes judiciais e de ambiente burocrático cabem a idade do governo, a qualidade da burocracia e o Estado de Direito. Pelos estudos analisados, as variáveis apresentam um impacto negativo na corrupção (Alt e Lassen, 2003; Gurgur e Shah, 2005; Damania *et al.*, 2004 e Leite e Weidmann, 1997).

Por último, são vistos como determinantes mais importantes a afinidade religiosa, a heterogeneidade étnica e o passado colonial, quando agrupados por Seldadyo e Hann (2006) como de localização geográfica e cultural. Estes três determinantes são estudados por Treisman (2000) que conclui que a afinidade religiosa e o passado colonial têm um impacto negativo na corrupção, caso contrário, é o da heterogeneidade étnica que provoca uma diminuição no nível de transparência do país.

2.1.3. Como medir

Segundo *The Hungary Gallup Institute*, existem 3 métodos de avaliar os níveis de corrupção:

- Medição através da percepção geral ou de grupo-alvo sobre a corrupção;
- Medição através de incidências de actividade corruptas;
- Medição através de estimativas efectuadas por especialistas.

Os dois primeiros métodos baseiam-se numa percepção a nível micro, a última segue uma linha de orientação mais focada no país.

A medição através da percepção geral é, normalmente, utilizada como um indicador que retrata a falta de transparência nas operações públicas e é medida através do que se reflecte na comunicação social, por isso reflecte pouca estabilidade ao longo do tempo. O segundo método não está tão ligado às incidências evidenciadas na imprensa, mas sim, na sociedade em geral utilizando questionários. Este método pode trazer problemas na sua concepção pois poderão

surgir subornos aquando da divulgação da fraude, uma vez que, esta não foi captada pelos *media*. Por último, a medição a partir de agentes especialistas² em matéria da corrupção, sendo a principal organização responsável a Transparência Internacional.

A medição de forma subjectiva, a nível micro, não é muito vantajosa quando se fazem estudos *cross-country* (Shabbir e Anwar, 2007) assim, o presente trabalho utiliza o método das estimativas, usando o Índice de Percepção de Corrupção elaborado pela Transparência Internacional, que é tratado e analisado mais abaixo.

2.2. Sector Público

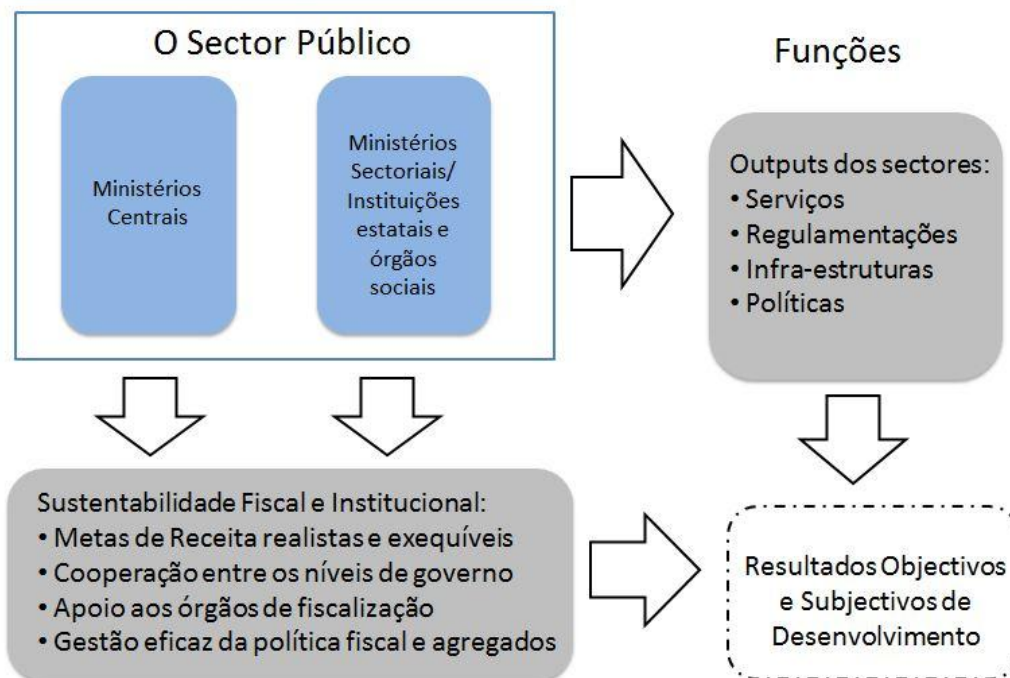
2.2.1. Organização e Funções

De acordo com o Banco Mundial, o sector público compreende ministérios centrais e agências centrais, e de forma a jusante, ministérios sectoriais e instituições governamentais não-executivas. Os ministérios centrais incluem ministérios que apoiam directamente o chefe de governo, como o Ministério das Finanças e da Economia e os ministérios sectoriais são aqueles que prestam serviços públicos sob a direcção política do governo, tais como a Educação e a Saúde. Das instituições estatais não-executivas fazem parte as judiciais, legislativas e instituições de auditoria. O seguinte gráfico mostra de forma mais explícita como o Banco Mundial define o sector público e quais as suas funções.

De acordo com o gráfico 2, o sector público tem que ser capaz de criar condições para a população em geral. A criação de serviços, de infra-estruturas, de regulamentação social e económica e as políticas, são outputs tangíveis que permitem à sociedade viver em perfeitas condições, podendo confiar no governo que a protege. Por outro lado, o sector público também é responsável por resultados que incentivam a sustentabilidade fiscal e institucional.

² Na explicação do Índice de Percepção de Corrupção explica-se melhor de que forma este método é utilizado.

Gráfico 2 - Organização do Sector Público e Funções



Fonte: *The World Bank, "Better Results from Public Sector Institutions"* (tradução livre)

Os ministérios centrais juntamente com os sectoriais, terão que ser responsáveis pela implementação de processos e sistemas capazes de gerir de forma sustentável os gastos públicos, as receitas, bem como a dívida. O governo deve também cooperar entre todas as suas secções de trabalho, criando mecanismos de responsabilização de governação (judiciais, legislativos) para que haja transparência à vista de todos os que são governados por este. Em suma, o sector público trabalha para que a economia tenha o desenvolvimento e crescimento adequado em cada período económico.

2.2.2. Falhas do Sector Público

A existência de falhas do sector público, bem como, em algum output, pode levar a problemas de *rent-seeking* que, podem estar associados a problemas de corrupção. Wolf (1978) desenvolve uma teoria sobre as falhas do não mercado com o objectivo de corrigir as assimetrias existentes entre os mercados e o governo, através do desenvolvimento e aplicação de uma teoria de falhas do governo. Refere que a interacção dos mercados e governo não é transparente. Se por um lado, o mercado falha pelas externalidades e bens públicos, pela concorrência imperfeita ou pela desigualdade de distribuição (rendimento e saúde), o sector público apresenta falhas através de

“internalities” e dos objectivos pessoais de funcionários estatais, de custos redundantes e crescentes ou da desigualdade de distribuição de influência e poder. Todas as falhas do sector público que Wolf (1978) menciona podem ter na sua base actos de corrupção, isto é, quando um funcionário público faz uso do seu poder para obter benefícios próprios, viola os padrões normativos da administração pública, tendo um comportamento ilegal.

Neste ponto de vista, uma boa gestão dos serviços públicos é fundamental para o desenvolvimento económico. O Banco Mundial apoia os países para que estes se tornem mais transparentes. Nos últimos três anos, o Banco Mundial ajudou 163 países, através de acções para fortalecer os sistemas de administração pública, melhorar a política fiscal, bem como em projectos de actualização dos sistemas de gestão das finanças públicas (PREM, 2013).

“A corrupção no sector público é um sintoma de fracasso da governação num país”. Deste modo, a corrupção pode ser vista como uma actividade que ao longo do tempo vai devastando a sociedade. Cria elevada instabilidade e falta de confiança na economia e na sociedade, afecta o desenvolvimento social, económico e político, o comércio livre e a credibilidade dos governos. Uma vez que uma economia depende da interacção da administração pública e do sector privado, o combate à corrupção no sector público deve ser tido como uma prioridade (CIRESP, 2006).

A corrupção no sector público tem implicações graves a nível da economia do país, bem como o fraco desempenho da administração pública podem estar associados a níveis de corrupção elevados. Muitos economistas admitem que a corrupção pode estar, assim, na base dos problemas de *rent-seeking* (Mauro, 1997), Gyimah-Brempong (2001), Sheifer e Vishny (1993), entre outros) e a corrupção na administração pública tem aqui um grande peso. Mauro (1997) diz que a corrupção está associada a impactos negativos no desenvolvimento da economia, na redução do investimento privado mas, que a estas consequências da corrupção também se tem que inserir o agravamento dos gastos públicos. Gyimah-Brempong (2001), num estudo de países africanos, apurou que o aumento da corrupção faz diminuir a taxa de crescimento do PIB e o PIB *per capita*, concluindo que a diminuição da taxa de crescimento do PIB está relacionada com a diminuição de investimento. Por sua vez, Sheifer e Vishny (1993) dizem que as falhas do governo justificam em parte os elevados níveis de corrupção. Treisman (2000) obteve como resultado do seu estudo, que os países com mais crescimento económico são aqueles que geralmente apresentam menos corrupção.

Wagner, economista do século XIX, fez uma análise às despesas do sector público de diferentes países e verificou que a percentagem do sector público no PIB aumenta com o tempo. Desta análise tira conclusões de grande relevância para o sector público. Refere que o crescimento económico leva a um aumento das receitas, e que por sua vez, as receitas fazem aumentar também as despesas, pois há um aumento da procura. E como consequência, já referida, o aumento das despesas faz aumentar a percentagem do sector público no PIB. Baumol, analisa o aumento do sector público pelo lado da oferta. Diz que o sector público é intensivo em trabalho e o privado em capital. Pela interacção dos dois sectores e dado que o sector público não consegue substituir capital por trabalho, o aumento dos salários no sector privado implica um aumento dos custos do sector público. Logo, a despesa do sector público irá aumentar, levando assim ao aumento da dimensão relativa do sector (Hindriks e Myles, 2006).

3. Metodologia

3.1. Considerações Iniciais

Este trabalho tem como metodologia base uma análise de dados em painel para 26 países, analisados entre o ano 1995 a 2005.

A base de dados foi elaborada através de dados recolhidos em vários portais estatísticos, obtendo assim uma amostra coesa e completa. Os países foram seleccionados a partir dos dados disponíveis para todas as variáveis do estudo, tendo em conta a escolha de países pertencentes à União Europeia e não pertencentes. A selecção baseia-se também nas diferenças a nível do Índice de Percepção de Corrupção, por outro lado, a selecção do espaço temporal teve como base a melhoria da base de dados face às variáveis escolhidas para o estudo.

Neste capítulo será abordado o modelo aplicado, a hipótese, a explicação das variáveis e dos dados recolhidos e, por fim, os resultados obtidos e a discussão dos mesmos.

3.2. Modelo Econométrico

O modelo que se pretende estimar está anunciado em baixo, e tem como base uma revisão de literatura no tema:

$$CPI_{it} = \beta_0 + \beta_1 Gastos_{it} + \beta_2 Receitas_{it} + \beta_3 PIB_{it} + \beta_4 Defl_PIB_{it} + \beta_5 Ec_Freedom_{it} + \beta_6 Trade_{it} + \mu_{it}$$

A explicação das variáveis encontra-se detalhada no ponto 3.3., e a hipótese base que se procura testar é:

H₁: Os países com maior sector público relativo, apresentam maior nível de corrupção.

3.3. Variáveis

3.3.1. Índice de Percepção de Corrupção

O Índice de Percepção de Corrupção é um indicador utilizado para avaliar a corrupção nos países, elaborado pela *Transparency Internacional*. Este classifica os países/territórios com base na percepção de actividades ilegais que surgem em investigações e processos penais no sector público de cada país, e foi lançado pela primeira vez em 1995. Ao longo dos últimos tempos este, tem vindo a ganhar cada vez mais impacto com a colocação desta problemática na agenda de política internacional.

O IPC reúne diversas fontes dos dois anos anteriores ao ano de estudo e do próprio ano, tendo essas fontes na base pesquisas feitas por especialistas nacionais residentes e não-residentes, líderes empresariais não-residentes que se debruçam sobre os países em desenvolvimento e líderes empresariais residentes que avaliam o seu próprio país.

Assim, o índice apresenta-se numa escala de 0 a 10. Os países cujo valor ronda o 0 são aqueles que indicam elevados níveis de corrupção, por outro lado, aqueles que apresentam valores mais elevados no índice classificam-se como países mais transparentes. Para ser explicado o IPC, é escolhido o ano de 1995 para fazer a sua interpretação, exposto na tabela 1.

Tabela 1 - Valor do Índice de Percepção de Corrupção, 1995

<i>País</i>	<i>IPC</i>	<i>Posição</i>
<i>New Zealand</i>	9,55	1º
<i>Denmark</i>	9,32	2º
<i>Singapore</i>	9,26	3º
<i>Finland</i>	9,12	4º
<i>Canada</i>	8,87	5º
<i>Sweden</i>	8,87	6º
<i>Australia</i>	8,8	7º
<i>Switzerland</i>	8,76	8º
<i>The Netherlands</i>	8,69	9º
<i>Norway</i>	8,61	10º
<i>Ireland</i>	8,57	11º
<i>United Kingdom</i>	8,57	12º

Continuação da página anterior		
<i>Germany</i>	8,14	13º
<i>Chile</i>	7,94	14º
<i>USA</i>	7,79	15º
<i>Austria</i>	7,13	16º
<i>Hong Kong</i>	7,12	17º
<i>France</i>	7	18º
<i>Luxembourg</i>	6,85	19º
<i>Japan</i>	6,72	20º
<i>South Africa</i>	5,62	21º
<i>Portugal</i>	5,56	22º
<i>Malaysia</i>	5,28	23º
<i>Argentina</i>	5,24	24º
<i>Taiwan</i>	5,08	25º
<i>Spain</i>	4,35	26º
<i>South Korea</i>	4,29	27º
<i>Hungary</i>	4,12	28º
<i>Turkey</i>	4,1	29º
<i>Greece</i>	4,04	30º
<i>Colombia</i>	3,44	31º
<i>Mexico</i>	3,18	32º
<i>Italy</i>	2,99	33º
<i>Thailand</i>	2,79	34º
<i>India</i>	2,78	35º
<i>Philippines</i>	2,77	36º
<i>Brazil</i>	2,7	37º
<i>Venezuela</i>	2,66	38º
<i>Pakistan</i>	2,25	39º
<i>China</i>	2,16	40º
<i>Indonesia</i>	1,94	41º

Fonte: *Transparency International*

Em 1995, a Nova Zelândia era o país mais transparente nos 41 países avaliados nesse ano; a Alemanha ocupava a 13ª posição com o IPC igual a 8,14, mostrando-se menos corrupto de países como os Estados Unidos da América, a França e Portugal. Portugal apresenta-se na 22ª posição com 5,56, a Grécia e a Itália são países que apresentam valores bastante reduzidos, indicando que são países com um nível de transparência já muito reduzido, ou seja, mais corruptos. No ano da análise, o país mais corrupto é a Indonésia com 1,94.

Os dados seleccionados no arquivo da Transparência Internacional, compreendem os anos de 1995 a 2005 e foram escolhidos os países que, englobando as restantes variáveis, permitiam alcançar uma amostra mais completa.

3.3.2. Gastos Públicos em Percentagem do PIB

Através da descrição da variável na OCDE, os gastos públicos retransmitem a dimensão do sector público, uma vez que consiste nas despesas correntes do estado juntamente com as despesas de capital. As despesas correntes correspondem à soma do consumo, transferências, subsídios e rendimentos de propriedade. Estes dados referem-se ao sector das administrações públicas, sendo uma consolidação das contas do governo central, estatal e local, bem como a segurança social.

Crasto (2007), no estudo que mostra as correlações entre diferentes determinantes da corrupção e o IPC, refere que, uma vez que, as despesas públicas são justificadas pela maior eficiência do mercado no fornecimento de bens públicos e pela correcção de falhas de mercado, basta o Estado ser ineficiente e burocrático para gerar ineficiência e reduzir a produtividade. Ainda acrescenta que o sector público concorre como privado na obtenção de recursos, podendo assim influenciar os preços de mercado. Deste modo, utiliza as despesas públicas em percentagem do PIB e conclui que quanto maior a dimensão das administrações públicas menor o nível de corrupção, embora no estudo feito a correlação entre as variáveis não seja muito significativa. Por outro lado, Seldadyo e Hann (2006) dizem que um sector público com dimensão elevada aumenta a propensão para a corrupção. Por outro lado, Fisman e Gatti (2002) encontram a relação empírica que quanto maior as despesas do estado, menor é o nível de corrupção do país.

Os dados foram retirados da *OECD.StatExtracts, Economic Outlook nº 82 – December 2007*, para o mesmo espaço temporal e para os mesmos países, apresentando em percentagem do PIB.

3.3.3. Receitas Fiscais em Percentagem do PIB

Também é uma variável que avalia a dimensão do sector público, uma vez que, é composta pelo peso das receitas fiscais no PIB de cada país. Esta variável é utilizada por Alt e Lassen (2003) e por Lederman *et al.* (2005) nos estudos que fazem aos determinantes da corrupção, chegam à conclusão que esta variável influencia positivamente a corrupção. Com a corrupção, o sector informal de uma economia tende a aumentar e, como consequência, a evasão fiscal também aumenta. Deste modo, pode-se verificar que muitos contribuintes pagam subornos em detrimento dos impostos; receitas essas que poderiam ser aplicadas em desenvolvimento e crescimento económico para uma melhor qualidade de vida (Castro, 2007).

Os dados foram retirados do portal estatístico da OCDE, *Revenue Statistics*, seleccionado para os anos e países em estudo.

3.3.4. PIB *per capita*

A terceira variável do modelo é o PIB real *per capita*, a preços constantes, retirado do portal estatístico da OCDE - Contas Nacionais, e expressa em milhões de dólares americanos. Na literatura, verifica-se que o rendimento é uma variável bastante utilizada (Seldadyo, 2006) e é utilizado o PIB *per capita* como *proxy* do mesmo. Esta variável permite captar diferenças no desenvolvimento económico e diferenças estruturais do país. Braun e Di Tella (2004) através de um estudo com dados em painel, chegam à conclusão que o rendimento faz aumentar a corrupção, Crasto (2007) discorda defendendo que quanto maior o nível de rendimento, menor a corrupção.

3.3.5. Deflator do PIB

Explica Paldam (2002) que a corrupção é correlacionada com a moral pública, isto é, com a confiança e respeito pelas autoridades, gerando uma situação de agitação na economia em geral. Acrescenta que a melhor forma de ser percebida essa insegurança é através da inflação alta. Deste modo, chega a uma relação positiva entre a inflação e a corrupção. Também Castro (2007) diz que um país com maior taxa de inflação aponta maiores níveis de corrupção.

Deste modo, a terceira variável do modelo transparece a instabilidade económica, medido através do deflator do PIB, que por sua vez, é calculado pela divisão do PIB a preços correntes pelo PIB a preços constantes, conseguindo mostrar as mudanças que ocorrem nos preços de mercado.

Os dados foram retirados da *OECD.Stat, Economic Outlook nº 93 - June 2013*.

3.3.6. Liberdade Económica

Define-se liberdade económica como sendo o direito do ser humano em controlar o seu próprio trabalho e propriedade, *segundo The Heritage Foundation*. Contudo, o Estado tem o dever de proteger essa liberdade, bem como, restringi-la quando necessário. Nesta linha, o excesso de regulamentação pode levar a comportamentos *rent-seeking* e a que os indivíduos optem por comportamentos corruptos. Paldam (2002), usa o índice da liberdade económica para tentar medir a quantidade de regulação da economia e Crasto (2007), através do estudo elaborado, conclui que países com índices mais baixos apresentam níveis de corrupção mais elevados, resultado esse, contrário ao de Paldam.

O índice é da responsabilidade do *The Wall Street Journal* e da *The Heritage Foundation* e tem na sua base dez componentes³ de liberdade económica. Todos eles estão numa escala de 0 a 100, onde 100 representa o máximo de liberdade, e a pontuação final de um país surge pela média simples das pontuações de cada componente que o índice contém.

3.3.7. Abertura do Comércio Internacional

A última variável do modelo é a abertura do comércio internacional. Os dados foram retirados do portal estatístico do *United Nations Conference on Trade and Development*, uma organização que colabora com as Nações Unidas e com sede em Genebra. A variável é calculada pelo total do comércio de bens e serviços em percentagem do PIB. Esta variável tem surgido nos estudos de determinantes da corrupção, Leite e Weidmann (1997), Wei (2000) e Gurgur e Shah (2005), mostram um impacto negativo entre a abertura do comércio internacional e a corrupção.

³ Inseridos em quatro categorias: Estado de Direito (direitos de propriedade, liberdade de corrupção), Governo Limitado (liberdade fiscal, gastos do governo), Eficiência Reguladora (liberdade empresarial, liberdade de trabalho, liberdade monetária) e Mercado Livre (liberdade de comércio, liberdade de investimento, liberdade financeira). Fonte: *The Heritage Foundation*

A tabela 2 mostra de forma sucinta e clara as variáveis do modelo bem como as suas fontes.

Tabela 2 - Descrição e fontes das variáveis.

Sigla		Descrição	Fonte
Variável Dependente			
Índice de Percepção da Corrupção	CPI	<i>Corruption Perception Index</i>	Portal da <i>Transparency International</i>
Vaiáveis Independentes			
Gastos Públicos em percentagem do PIB	Gastos	<i>Government disbursements, as a percentage of GDP</i>	OCDE, Portal Estatístico, Economic Outlook, nº82 – December 2007
Receitas em percentagem do PIB	Receitas	<i>Tax revenue as percentage of GDP</i>	OCDE, <i>Revenue Statistics</i>
Produto Interno Bruto	PIB	<i>Gross domestic product, Per head, US \$, constant prices, constant PPPs, OECD base year</i>	OCDE - Contas Nacionais
Deflator do PIB	Defl_PIB	<i>Gross domestic product, deflator, market prices</i>	OCDE, Portal Estatístico
Liberdade Económica	Ec_Freedom	<i>Index of Economic Freedom</i>	<i>The Heritage Foundation e The Wall Street Journal</i>
Abertura Internacional	Trade	<i>Goods and services trade openness, as a percentage of GDP</i>	<i>United Nations Conference on Trade and Development</i>

3.3.8. Estatística Descritiva

A elaboração da tabela 3 tem como objectivo a compreensão das variáveis através de uma análise descritiva das mesmas. Esta análise é feita para o ano de 1995, uma vez que é o primeiro ano do estudo e também já foi estudado aquando da interpretação do IPC. A base de dados tem algumas falhas para determinados períodos, nomeadamente: na variável gastos públicos em % do PIB encontram-se três países que não apresentam valor para o período em análise, no índice da liberdade económica existem sete falhas, todas elas para o ano 1995 relativo a sete países e, por último, a variável abertura do comércio internacional que apresenta sete falhas que correspondem ao Luxemburgo do ano de 1995 a 2001.

Tabela 3 - Estatística descritivas das Variáveis, 1995

Estatística Descritiva	Variáveis					
	Gastos Públicos em % do PIB	Receitas Públicas em % do PIB	Deflator do PIB	Liberdade Económica	PIB per capita	Abertura Comércio Internacional
Média	46,66%	33,56%	0,73	67,09	23986,19	59,09%
Valor Máximo	67,10%	48,80%	1,10	77,90	48339,99	134,89%
Valor Mínimo	20,83%	15,20%	0,18	55,20	8549,87	17,13%
Desvio-padrão	10,266	9,396583	0,207657	6,528816	9160,696222	25,48961

3.4. Resultados e Discussão

A estimação é um painel estático de 26 países, no espaço temporal de 1995 a 2005. Este painel é desequilibrado, uma vez que, faltam observações como explicado no ponto 3.3.8..

Os resultados são apresentados na tabela 4 abaixo:

Tabela 4 - Síntese dos Resultados Estimados

Variável Dependente: Índice de Percepção de Corrupção	Efeitos Gerais		Efeitos Individuais			
	<u>Pooled</u>		<u>Fixos</u>		<u>Aleatórios</u>	
	Coeficiente	Prob.	Coeficiente	Prob.	Coeficiente	Prob.
Constante	-12.95646*	0.0000	4.513086*	0.0092	1.242698	0.3203
Gastos	0.045151**	0.0245	-0.045612*	0.0031	-0.027878**	0.0326
Receitas	0.114057*	0.0000	0.117296*	0.0000	0.131125*	0.0000
PIB	2.42E-05***	0.0084	-4.59E-05**	0.0165	1.68E-06	0.9020
Defl_PIB	-1.210076**	0.0160	1.041034***	0.0665	-0.255278	0.5617
Ec_Freedom	0.216729*	0.0000	0.016914	0.1870	0.042239*	0.0004
Trade	-0.004264**	0.0117	0.000800	0.8232	0.001026	0.7020
Número Total e Observações	240		240		240	
R ²	0.706047		0.956964		0.183908	
F-Statistic	93.27394		167.5649		8.751168	
Prob (F-statistic)	0.000000		0.000000		0.000000	

Nota: * Significante a 1%, ** Significante a 5%, *** Significante a 10%

Faz-se o teste Hausman para estudar a preferência entre o modelo de efeitos fixos e os aleatórios.

H₀: Não existe correlação entre os erros e as variáveis explicativas

H₁: Existe correlação entre os erros e as variáveis explicativas (Green, 2003)

Tabela 5 - Teste Hausman

<i>Test Cross-section Random Effects</i>		
<i>Test Summary</i>	<i>Chi² Statistic</i>	<i>Prob.</i>
<i>Cross-section random</i>	53,407971	0,0000

Teste realizado com o programa E-views 8

Pelo apresentado, como $p\text{-value} < 0,05$, a hipótese nula é rejeitada. Para o nível de significância de 5% existe evidência estatística para afirmar que o modelo de efeitos fixos é preferível ao modelo de efeitos aleatórios.

Uma vez escolhido o modelo de efeitos fixos é pertinente a avaliação deste com o modelo de efeitos gerias - *Pooled*. Esta análise é feita a partir do teste F, elaborada no programa e enunciado da seguinte forma.

$H_0: \beta_1 = \beta_2 = \dots = \beta_n$, com n , número de unidades *cross section*

$H_1: \beta_1 \neq \beta_2 \neq \dots \neq \beta_n$

Tabela 6 - Teste F

Effects Test	Statistic	Prob.
Cross-section F	55,918070	0,0000

Teste realizado com o programa *E-views 8*

Pela análise ao teste, a hipótese nula é rejeitada pois $p\text{-value} < 0,05$. Assim, quando a significância é de 5%, pode-se afirmar que o modelo de efeitos fixos é o mais indicado para representar o estudo.

Após a escolha do modelo, segue-se a explicação econométrica de toda a estimação.

O modelo é fortemente explicado pelas observações, R^2 igual a 95,70% aproximadamente, e é globalmente significativo, uma vez que, $\text{Prob (F-statistic)} = 0,0000 < 0,05$.

Da estimação feita, apura-se que duas variáveis explicativas do modelo não são significativas, a liberdade económica e a abertura do comércio internacional, das restantes, as despesas públicas em % do PIB, as receitas fiscais em % do PIB são estatisticamente significativas a 1%, o PIB *per capita* a 5% e, o deflator do PIB a 10% de nível de significância. Quanto ao impacto das variáveis no IPC, as despesas públicas em % do PIB e o PIB *per capita* têm um impacto negativo no índice de percepção de corrupção dos países, considerando se que o país de torna mais corrupto⁴.

O resultado das despesas públicas está de acordo com o estudo de Ali e Isse (2003), de Seldadyo e Hann (2006) entre outros e, também está de acordo com a hipótese do modelo. Como as despesas públicas em percentagem do PIB são uma *medida da* dimensão pública pode-se concluir

⁴ Nota: O Índice de Percepção de Corrupção está numa escala de 0 a 10, onde 10 é o valor quando o país é totalmente transparente, por isso, não corrupto.

que, países com maior sector público apresentam mais propensão à corrupção face aos de menor dimensão. O PIB *per capita* apresenta um impacto positivo na corrupção. Pelo *Survey* apresentado por Seldadyo e Hann (2006), esta conclusão está em desacordo com maior parte dos estudos. Contudo, Braun e Di Tella (2004) e Frechette (2001), num estudo com dados em painel em modelo de efeitos fixos, concluem que o aumento do PIB *per capita* faz aumentar o nível de corrupção dos países.

Em contrapartida, as restantes variáveis apresentam sinal positivo, induzindo que os países se tornam menos corruptos. Embora a liberdade económica e a abertura para o comércio sejam não significativas, mostra-se no modelo que estas teriam um impacto directo com o IPC.

As receitas fiscais em percentagem do PIB apresentam um coeficiente positivo, mostrando assim que quando estas aumentam, o IPC aumenta, indicando que o país é menos corrupto. Abed e Gupta (2002) numa explicação dos determinantes, obtêm a mesma conclusão. Imam e Jacobs (2007) num estudo especializado nas receitas fiscais e corrupção, também concluem que, quando estas são avaliadas como um total dos impostos do país, o impacto na corrupção é negativo.

O deflator do PIB, que é utilizado no presente modelo para mostrar a instabilidade económica, tem um impacto negativo na corrupção. O resultado não está de acordo com a maior parte literatura. No entanto, Barro (1997) chega a uma correlação negativa entre a inflação e o crescimento da economia quando esta atinge valores mais baixos e que a variância da inflação também está negativamente correlacionada com o crescimento. Sendo o PIB *per capita* impulsionador de actos de corrupção, se o aumento da inflação diminui o PIB *per capita* e se a diminuição do PIB *per capita* torna o país menos corrupto, então a inflação pode ser entendida como determinantes que diminui a corrupção.

As conclusões que se podem retirar quanto ao objectivo deste estudo são propensas a discussão. As despesas públicas em percentagem do PIB deveriam ter o mesmo sinal das receitas fiscais em percentagem do PIB, pois estas foram inseridas no modelo como uma das medidas da dimensão relativa do sector público. Contudo, ambas conclusões estão de acordo com a literatura estudada. É de salientar que níveis de receitas em percentagem do PIB elevadas, ou de despesas elevadas, podem não estar ligadas a uma economia com um sector excessivo. As receitas do Estado podem ser necessárias na distribuição de um número mais elevado de bens e serviços que, correctamente servem a sociedade, dando-lhe uma boa qualidade (Castro, 2007). Por outro lado, as elevadas despesas públicas podem estar associadas a elevados números de organizações do sector formal exigindo maior despesa por parte do estado (Antunes, 2007).

Como existem variáveis que não são significativas e como alguns dos determinantes aparecem com sinais diferentes aos esperados, foram estimados os três modelos seguintes, com o objectivo de estudar a sensibilidade do modelo à consideração, ou não, dessas variáveis.

Modelo 1:

$$CPI_{it} = \beta_0 + \beta_1 Gastos_{it} + \beta_2 Receitas_{it} + \beta_3 PIB_{it} + \beta_4 Defl_PIB_{it} + \mu_{it}$$

Modelo 2:

$$CPI_{it} = \beta_0 + \beta_1 Gastos_{it} + \beta_2 Receitas_{it} + \beta_3 PIB_{it} + \beta_4 Defl_PIB_{it} + \beta_5 Ec_Freedom_{it} + \mu_{it}$$

Modelo 3:

$$CPI_{it} = \beta_0 + \beta_1 Gastos_{it} + \beta_2 Receitas_{it} + \beta_3 PIB_{it} + \beta_4 Defl_PIB_{it} + \beta_6 Trade_{it} + \mu_{it}$$

Tabela 7 - Síntese dos Resultados

Variável	Efeitos Fixos							
Dependentes:								
Índice de								
Percepção de								
Corrupção								
	Modelo 1		Modelo 2		Modelo 3		Modelo 0	
	Coef.	Prob.	Coef.	Prob.	Coef.	Prob.	Coef.	Prob.
Constante	4,426147*	0,0001	3,13214***	0,0574	6,344101*	0,0000	4,513086*	0,0092
Gastos	-0,035036*	0,0077	-0,03314**	0,0201	-0,054045*	0,0001	-0,045612*	0,0031
Receitas	0,113924*	0,0000	0,122873*	0,0000	0,104768*	0,0000	0,117296*	0,0000
Defl_PIB	0,164639	0,7394	0,274462	0,5916	1,246194**	0,0205	-4,59E-05**	0,0165
PIB	0,000015	0,3004	-5,27E-06	0,7335	-0,000044	0,0188	1,041034***	0,0665
Ec_Freedom	_____	_____	0,019674	0,1291	_____	_____	0,016914	0,1870
Trade	_____	_____	_____	_____	0,000344	0,921300	0,000800	0,8232

Continuação da página anterior						
Nº	Total	de	253	246	246	240
Obersservações						
R²			0,950607	0,952804	0,957275	0,956964
F-Statistic			167,2887	163,0028	180,905500	167,5649
Prob (F-Statistic)			0,000000	0,000000	0,000000	0,000000

Nota: * Significante a 1%, ** Significante a 5%, *** Significante a 10%

Pela análise da tabela 7, verifica-se que os modelos são todos significativos quando analisados como um todo, e o coeficiente de determinação quase não se altera. A significância individual dos estimadores altera-se de modelo para modelo.

No modelo 1 a estimação é feita sem as variáveis liberdade económica e abertura do comércio internacional, variáveis essas que eram não significantes no modelo inicial. O modelo conta no total com 253 observações e, das cinco variáveis estimadas, apenas três são estatisticamente significativas. As variáveis explicativas estatisticamente significativas são as despesas públicas em percentagem no PIB e as receitas fiscais em percentagem do PIB. Estas têm sinais oposto, o aumento das despesas públicas fazem aumentar a corrupção e o aumento das receitas fiscais fazem aumentar o IPC tornando o país menos corrupto, *ceteris paribus*.

O modelo 2 é o modelo que apresenta mais variáveis não significativas, com um total de observações de 246. Este modelo pretende explicar o IPC através das despesas públicas em percentagem no PIB, das receitas fiscais em percentagem do PIB, do deflator do PIB, do PIB *per capita* e pela liberdade económica. Como é constatável, as conclusões a que se chega são as mesmas que no modelo 1, para as variáveis explicativas que são estatisticamente significativas.

O modelo 3, ao invés de usar a liberdade económica, utiliza a variável a abertura ao comércio internacional, mas todo o modelo é igual ao 2. Contudo, não se apresenta com significância estatística. O PIB *per capita* também não consegue significância neste modelo. Os coeficientes estimados mantêm o mesmo sinal dos modelos anteriores.

O modelo 0, é o modelo inicial, já estimado, e é aquele que apresenta mais variáveis significativas, com menos número de observações no total, 240.

4. Conclusão

A corrupção pode ser entendida como uma falha do sector público. Qualquer acção praticada por um agente que esteja ao serviço do governo com o objectivo de obter ganhos pessoais, é considerado um acto de corrupção. Deste modo, o sector público tem que ser capaz de analisar, implementar medidas de anticorrupção e controlar o seu cumprimento, para evitar que a corrupção seja uma prática que conduz ao desrespeito dos direitos humanos e que deteriore a confiança da sociedade no seu próprio governo. Então, é importante o estudo dos determinantes que provocam o aumento da corrupção, e é notável pelos estudos são feitos anualmente por diversas instituições/organizações e investigadores.

O presente trabalho teve como objectivo final testar se a dimensão relativa do sector público tinha uma relação positiva com a corrupção. Depois da revisão de literatura do tema sobre o tema, foi escolhido o IPC como variável capaz de medir a corrupção e como variáveis explicativas foram escolhidas as que são mais usadas nos estudos empíricos: PIB *per capita*, as despesas percentagem do PIB, as receitas fiscais em percentagem do PIB, a inflação, a abertura ao comércio internacional e a liberdade económica. A técnica de estimação utilizada é uma análise de dados em painel de efeitos fixos, com 26 países num espaço temporal de 11 anos, de 1995 a 2005. Os dados referentes às variáveis utilizados têm diversas fontes, nomeadamente, OCDE, portal da Transparência Internacional, *The Heritage Foundation* e *United Nations Conference on Trade and Development*.

Foi feita uma primeira estimação do modelo, e não era verificada a significância de duas variáveis, liberdade económica e abertura ao comércio internacional. Com o intuito de perceber a não significância das variáveis, decide-se excluir em simultâneo esses determinantes e, voltar a estimar alternando com cada uma das variáveis insignificantes, conseguindo três novos modelos. Após estes testes chega-se à conclusão que o modelo que explica melhor a corrupção no país é o modelo inicial, aquele que contém as variáveis inicialmente estudadas para alcançar o objectivo.

O objectivo central do estudo pretendia chegar à conclusão que a dimensão relativa do sector público, avaliado pelas despesas e receitas públicas em percentagem do PIB, faz diminuir o IPC, aumentando o nível de corrupção. Contudo, não se consegue a mesma conclusão para as duas variáveis. Estas aparecem com sinais opostos, indicando que o aumento das despesas públicas em

percentagem do PIB faz diminuir a corrupção e as receitas fiscais em percentagem do PIB faz diminuir a corrupção.

Goel e Budak (2006) explicam duas visões diferentes quando analisam a variável dos gastos totais do governo: 1) Quando o aumento dos gastos tem uma relação inversa com a corrupção, essa ligação pode estar associada ao aumento de políticas e medidas de combate à corrupção, especialmente em países em desenvolvimento, uma vez que ainda estão a por em prática todas as políticas; 2) Por outro lado, o aumento dos gastos podem estar relacionados com o aumento da burocracia, fazendo aumentar a propensão ao suborno para contornar toda a lei, aumentando assim, a corrupção.

Do lado das receitas, a bibliografia também apresenta discordância quanto à relação com o nível de corrupção do país. Existem dois estudos que mostram o impacto negativo do aumento das receitas fiscais na corrupção: Abed e Gupta (2002) e Imam e Jacobs (2007), o primeiro estudo apresenta um resumo dos determinantes em geral, e o segundo estudo centraliza a análise da corrupção através das receitas fiscais. Do outro lado, Alt e Lassen (2003) e Lederman et al. (2005) chegam a conclusão contrária. Em suma, os resultados não se mostram conclusivos quanto à dimensão relativa do sector, no entanto, pode-se admitir que as conclusões dependem da perspectiva como está a ser analisada, pelo lado dos gastos públicos ou pelas receitas.

Deste modo, ao analisar-se a dimensão relativa do sector público pela perspectiva dos gastos, conclui-se que, quanto maior a dimensão pública, maior será o nível de corrupção do país. Quando a dimensão pública é estudada pelas receitas fiscais, quanto maior a dimensão pública, menor será o nível de corrupção.

Para melhorar um estudo próximo neste seguimento, acha-se pertinente a inclusão de mais variáveis que, juntamente com as que representam a dimensão relativa do sector público, estudem a eficácia governamental, bem como a sua eficiência.

5. Bibliografia

- Abed, G., Gupta, S. (2002). "Governance, Corruption, And Economic Performance" *International Monetary Fund*, 132.
- Ali, M. A., Isse, H. S. (2003). "Determinants Of Economic Corruption: A Cross-Country Comparison". *Cato Journal*, 22(3), 449-466.
- Alt, J. E., Lassen, D. (2003). "The Political Economy Of Corruption In American States". *Journal Of Theoretical Politics*, 15(3), 341-365.
- Antunes, A. (2007). "Corruption, Government Size and Growth in Economies with an Informal Sector." *Banco de Portugal*.
- Barro, R. (1997). "Determinants Of Economic Growth: A Cross-Country Empirical Study". National Bureau of Economic Research, 5698.
- Blackburn, K., Bose, N., Haque, M. (2004). "Public Expenditures, Bureaucratic Corruption and Economic Development". *Centre For Dynamic Macroeconomic Analysis*, 7.
- Braun, M., Di Tella, R. (2004). "Inflation, Inflation Variability, And Corruption". *Economics & Politics*, 16, 77-100.
- Castro, C. (2007), "Determinantes Económicos Da Corrupção Na União Europeia dos 15". *Centro de Estudos Da População, Economia, Sociedade*, 71-98.
- Comissão Interministerial Da Reforma Do Sector Público, (2006). *Estratégia Anti-Corrupção (2006-2010)*. Maputo, República De Moçambique.
- Damania, R., Fredriksson, P., Muthukumara, M., (2004). "The Persistence Of Corruption And Regulatory Compliance Failures: Theory And Evidence". *Public Choice*, 121, 363-390.
- Fisman, R. E Gatti, R. (2002), "Decentralization And Corruption: Evidence Across Countries". *Journal Of Public Economics*, 83, 325-345.
- Frechette, G. R. (2001). "A Panel Data Analysis Of The Time-Varying Determinants Of Corruption". *Paper Apresentado Na EPCS Conference 2001*.
- Goel, K. e Budak, J. (2006), "Corruption in transition economies: effects of government size, country size and economic reforms". *Journal of Economics and Finance*, 30(2), 240-250.
- Goel, K. e Nelson, M. (1998), "Corruption and government size: a disaggregated analysis". *Public Choice*, 97, 107-20.

- Greene, W. H. (2003). *"Econometric Analysis"*, 5th Edition Prentice-Hall, New Jersey.
- Gujarati, D. N. (2003). *"Basic Econometrics"*, 4th Edition Mcgraw-Hill.
- Gurgur, T., Shah, A. (2005). "Localization And Corruption: Panacea or Pandora's Box?". *The World Bank*, 3486
- Imam, P., Jacobs, D. (2007). "Effect of Corruption on Tax Revenues in the Middle East". *International Monetary Fund*, 270.
- Lederman, D., Loayza N., Soares R. (2005). "Accountability And Corruption: Political Institutions Matter". *Economics And Politics* 17(1),1-35.
- Leite, C., Weidmann, J. (1999). "Does Mother Nature Corrupt?: Natural Resources, Corruption, And Economic Growth". *International Monetary Fund*, 85.
- Mauro, P., (1997). "The Effects Of Corruption On Growth, Investment And Government Expenditure: A Cross-Country Analysis". *Corruption And The Global Economy, Institute For International Economics*, 83-107.
- Paldam, M. (2001). "Corruption And Religion: Adding To The Economic Model". *Kyklos*, 54, 383-414.
- Paldam, M. (2002). "The Big Pattern Of Corruption, Economics, Culture And Seesaw Dynamics". *European Journal Of Political Economy*, 18, 215-240.
- Seldadyo, H., Haan, J. (2006). "The Determinants Of Corruption: A Literature Survey And New Evidence". *Paper Apresentado Na 2006 EPCS Conference, Turku, Finlândia, 20 A 23 De Abril*.
- Shabbir, G., Anwar, M. (2007), "Determinants Of Corruption In Developing Countries". *Hamburg Institute Of International Economics (HWWI)*, 2-11.
- Shleifer, A., Vishny, R. (1993). "Corruption". *Quarterly Journal Of Economics*, 108, 599-617.
- Sousa, L. (2011). *"Corrupção"*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Tavares, A. (2004). "The Socio-Cultural And Political-Economic Causes Of Corruption: A Cross-Country Analysis". *Departamento De Economia, Gestão E Engenharia Industrial, Universidade De Aveiro* , 19.
- Tavares, J. (2003). "Does Foreign Aid Corrupt?". *Economic Letters*, 79, 99-106.
- The Hungarian Gallup Institute (2000). "Basic Methodological Aspects Of Corruption Measurement: Lessons Learned From The Literature And The Pilot Study". *Joint Project Against Corruption In The Republic Of Hungary: Preliminary Assessment And Feedback On The Corruption Pilot Study*. In UNODCCP And UNICRI
- The World Bank (2013). Consultado em 20 de Setembro 2013, em <http://www.worldbank.org/>

The World Bank (2012). "Better Results From Public Sector Institutions" – *Public Sector & Governance Board*.

The World Bank (2013) "Governance and Public Sector Management". *Poverty Reduction And Economic Management*.

Transparency Internacional (2013). Corruption Perceptions Index. Consultado em 10 de Maio de 2013, em <http://www.transparency.org/cpi2011/>

Transparency Internacional (2013). Consultado em 15 de Maio de 2013, em <http://www.transparency.org/>

Treisman, D., (2000). "The Causes Of Corruption: A Cross-National Study". *Journal Of Public Economics*, 76, 399-457.

Wei, S. (2000). "Local Corruption And Global Capital Flows". *Brookings Papers On Economic Activity*, 2, 303-352.

Wolf, C. (1978). "A Theory Of "Non-Market Failure" Framework For Implementations Analysis". *The Rand Corporations*, P-6034.